

## **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CEMVEJ – REALIZADA EM 31/03/2026**

Ao trigésimo primeiro dia do mês de Março de dois mil e vinte seis, às quatorze e trinta horas, em formato híbrido, presencialmente na Rua Frederico Maurer, 617, na Sala de Situação, Hauer – Curitiba (PR) e via web conferência através da plataforma Google Meet – link – <https://meet.google.com/fqb-ivtm-kka>. Deu-se início à Reunião Ordinária do Comitê Estadual de Memória, Verdade e Justiça do Estado do Paraná. Fizeram-se presentes os (as) **Conselheiros (as) Governamentais:** SUPLENTE: FABIANA CRISTINA DE CAMPOS ROMANELLI (SEJU); SUPLENTE: ELLEN CUNHA (SEEC); SUPLENTE: KELLY COSTA DE OLIVEIRA (DEAP); **Conselheiros (as) da Sociedade Civil:** TITULAR: IVETE MARIA CARIBÉ ROCHA (SERPAJ); TITULAR: NORTON NOHAMA (UFPR); TITULAR: ALUÍZIO FERREIRA (SINDICATO DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS DO PARANÁ – SINDIJOR); TITULAR: CLOVIS ANTONIO – UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO – AMERICANO – UNILA; **Convidados (as) / Especialistas / Parceiros (as) / Colaboradores (as):** TITULAR: OLYMPIO DE SÁ (MPPR); SUPLENTE: DANIEL ALVES – DP; TITULAR: MARIA APARECIDA – TJPR; CLÁUDIA CRISTINA HOFFMANN (LUME); CLÁUDIO RIBEIRO; SHEILA NICOLAU (ASSISTENTE ADMINISTRATIVO – UTSC/SEJU); JESUS ALBERTO LEON (ASSISTENTE ADMINISTRATIVO – UTSC/SEJU); JANE CRISTINA LOBATO VASQUES (COORDENADORA – UTSC/SEJU); GUILHERME ANGELINO – (TCE); FÁTIMA BRANCO GODINHO – (MP); CAROLINA AMARAL – (MPPR). **Justificativa de Ausência:** Sem Justificativa. **1. Abertura:** A princípio, Jane (Coordenadora UTSC/SEJU) saudou a todos (as), realizou a chamada nominal dos membros para registro em ata. Em seguida, Dra Ivete (SERPAJ) deu início à Reunião Ordinária do Comitê Estadual de Memória, Verdade e Justiça do Paraná. **2. Aprovação de pauta:** Dra Ivete (SERPAJ) informou que a pauta foi encaminhada para todos (as). Em seguida, Jane (Coordenadora UTSC/SEJU) solicitou a inclusão de pauta, incluindo o Relatório Circunstanciado, destacando que o Dr. Olympio (MPPR) havia solicitado, na última reunião, prazo adicional para a devida revisão do documento. Sem ressalvas, aprovada. **3. Aprovação da Ata:**

# CEMVEJ

Comitê Estadual de Memória,  
Verdade e Justiça do Paraná



Todos receberam a Ata no seu e-mail este mês e todos aprovaram sem ressalvas. **4. Informes dos Conselheiros:** Dra Ivete (SERPAJ) passou a palavra à Dra. Maria Aparecida (TJPR), cumprimentou a todos(as) os presentes e ressaltou que gostaria de fazer uma colocação a respeito do programa nacional “Registre-se”, iniciativa do Conselho Nacional de Justiça, que vem sendo realizada há aproximadamente quatro a cinco anos, com o objetivo de promover o acesso aos direitos de cidadania, especialmente para pessoas em situação de vulnerabilidade. Comunicou que, no presente ano, a ação ocorrerá no período de 13 a 17 de abril, contando com a participação de diversos parceiros institucionais, dentre eles a Defensoria Pública da União, o Ministério Público Estadual e Federal, universidades, Agências do Trabalhador, INSS, Polícia Federal, entre outros órgãos. Destacou que houve ampliação dos serviços ofertados, incluindo a emissão de documentos e atendimento a públicos específicos, como indígenas, migrantes, refugiados, idosos, adolescentes e mulheres em situação de violência. Informou, ainda, que os atendimentos ocorrerão não apenas em Curitiba, mas também em diversas cidades do Estado do Paraná. Ressaltou que haverá prestação de orientação e atendimento jurídico, com encaminhamento para diversos serviços nas áreas de assistência social, educação, habitação, urbanismo, dentre outras, incluindo averiguação de paternidade e atualização cadastral no CadÚnico. Informou que as atividades principais ocorrerão na Praça da Solidariedade, com a participação de instituições como o Tribunal Regional Eleitoral e o Exército, que auxiliará na emissão de documentos. Destacou, também, atendimento prioritário a migrantes e refugiados na Agência do Migrante, localizada na Rua Marechal Deodoro, nº 806, com início no dia 13 de abril, às 9h. Relatou que houve convite à Polícia Federal para participação na ação, com a disponibilização de servidores para atendimento no local; contudo, a instituição informou não ser possível o deslocamento de equipe, orientando que os atendimentos sejam realizados mediante agendamento em sua sede. Por fim, mencionou que, em reunião realizada em 30 de março, com a presença de representantes do Ministério Público, foi discutida, junto à Desembargadora Ana Lúcia, a possibilidade de nova articulação institucional visando viabilizar o apoio da Polícia Federal à iniciativa. Após a

# CEMVEJ

Comitê Estadual de Memória,  
Verdade e Justiça do Paraná



fala da Dra. Maria Aparecida (TJPR). Dr Olímpio de Sá (MPPR), pediu a palavra e, em sua intervenção, iniciou cumprimentando a todos e a todas, manifestando a alegria de estarem reunidos novamente. Relatou que, na manhã do mesmo dia, realizou contato com representante da Corregedoria da Polícia Federal, ocasião em que expôs a situação referente ao atendimento de migrantes, refugiados e apátridas. Informou que o atendimento está sera o dia 13 , no horário das 9h às 13h, destacando tratar-se de um período bastante reduzido. Mencionou que foi apresentada a proposta de disponibilização de contato por telefone ou internet para os demais dias, o que poderia atender eventuais demandas que surgirem fora desse horário. Contudo, ponderou que, especialmente às segundas-feiras, é fundamental a presença de um servidor no local para realização do atendimento direto. Ressaltou, ainda, a importância da participação ativa da Polícia Federal nesse esforço conjunto, considerando a articulação entre diversas instituições envolvidas, e que a ausência de atendimento presencial poderia comprometer essa integração. Por fim, informou que o representante ficou de fazer o contato se comprometeu a verificar a situação junto ao setor responsável, inclusive com o Superintendente, e a apresentar um retorno ainda no mesmo dia acerca da demanda. Após a fala do Dr Olympio de Sá (MPPR), Jane Vasques (COORDENADORA – UTSC/SEJU) informou que adicionou Fabiana Campos, Diretora-geral da Secretaria de Justiça, ao grupo do CEMVEJ, considerando que a mesma é conselheira titular. Ressaltou, ainda, que Fabiana esteve presente presencialmente no início da reunião e, no momento, encontra-se conectada online, participando de sua sala. Após a manifestação de Jane Vasque (COORDENADORA – UTSC/SEJU), a Dra. Maria Aparecida (TJPR) retomou a palavra e, de forma breve, a fim de não delongar a reunião, apresentou sugestão no sentido de que a Secretaria de Justiça, por meio de sua estrutura institucional mencionando, inclusive, a existência de núcleo ou comissão voltada à temática, possa endossar e apoiar as ações a serem realizadas no período de 13 a 17. Informou, ainda, que encaminhará posteriormente aos membros os documentos e cartazes pertinentes à referida ação, para conhecimento geral. Após a fala da Dra. Maria Aparecida (TJPR), Jane Vasques (COORDENADORA – UTSC/SEJU), fez uso da palavra

# CEMVEJ

Comitê Estadual de Memória,  
Verdade e Justiça do Paraná



e informou que o Estado conta com o Conselho de Refugiados, Migrantes e Apátridas (CERMA), bem como com a Superintendência Geral de Migração, sob a coordenação do Superintendente Gilberto Souza, que também atua na coordenação da Casa do Migrante. Relatou que, em articulação com a Polícia Federal, foi estruturada uma lista emergencial, por meio da qual, todas as quartas-feiras, são encaminhados casos específicos para atendimento prioritário, previamente organizados, voltados a situações de maior urgência. Destacou que tais casos envolvem, por exemplo, pessoas em busca de emprego, gestantes e famílias que necessitam, com urgência, da regularização documental. Pontuou, contudo, que há um longo período de espera para agendamentos relacionados a refúgio e à renovação de documentos, o que tem gerado dificuldades. Informou que já foram realizadas diversas solicitações à Polícia Federal, inclusive junto à instância em Brasília, visando à ampliação do número de atendimentos e maior celeridade; entretanto, até o momento, a resposta recebida indica a impossibilidade de aumento da capacidade atualmente ofertada. Acrescentou, ainda, que já houve reunião com a delegada Sílvia Pelói, da Polícia Federal, para tratar da questão, porém sem êxito até o momento. Por fim, destacou que atualmente são disponibilizadas 70 vagas emergenciais semanais, as quais vêm sendo integralmente preenchidas, sendo apenas 10 destinadas a casos de refúgio, o que evidencia a limitação da capacidade de atendimento frente à demanda existente. Na sequência, Fabiana Cristina de Campos Romanelli (SEJU), pediu a palavra e, após cumprimentar a todos e todas, pediu desculpas pela intervenção inicial. Em seguida, informou que a Secretaria de Justiça (SEJU) disponibiliza três colaboradores que atuam junto à Polícia Federal, com o objetivo de contribuir para a agilização dos atendimentos. Destacou que esses colaboradores estão cedidos no âmbito de um termo de cooperação, trabalhando diretamente nas dependências da Polícia Federal. Acrescentou que a coordenação desses profissionais está sob responsabilidade de Gilberto Souza, sugerindo que seja realizado contato com o mesmo, a fim de dialogar e verificar possíveis encaminhamentos para aprimorar o fluxo de atendimentos. Na sequência, Jane Vaques (COORDENADORA – UTSC/SEJU) informou que a Secretaria de Justiça possui um posto avançado instalado junto à Polícia Federal, localizado próximo à sala do atendimento, o

qual funciona no âmbito do termo de cooperação firmado entre as instituições, conforme já mencionado. Em seguida, questionou à Dra. Maria Aparecida (TJPR) se estaria presente na Casa do Migrante, ao que a mesma confirmou que compareceria antes das 9h, acrescentando que a conselheira Dra Ivete (SERPAJ) também estaria presente. Diante disso, Jane Vasques sugeriu que, no momento, fosse realizada uma conversa com o responsável, Gilberto Souza, a fim de alinhar possíveis encaminhamentos. Na continuidade, o Dr. Olympio de Sá (MPPR) manifestou-se, ponderando a possibilidade de, em um cenário negativo, no qual a Polícia Federal reiterasse a impossibilidade de disponibilizar servidor para o atendimento, ser considerada a alternativa de designação de um dos colaboradores já atuantes no local para suprir essa demanda. Ressaltou, contudo, a preferência de que a própria Polícia Federal assumira tal atribuição, ainda que tenha indicado haver justificativas que não poderiam ser expostas naquele momento. Por fim, a conselheira Fabiana Cristina de Campos Romanelli (SEJU) manifestou concordância com a proposta, acrescentando que há solicitação, por parte da Polícia Federal, de aditivo ao termo de cooperação, com pedido de ampliação do número de colaboradores. Nesse sentido, sugeriu que eventual aditivo poderia ser condicionado à reorganização das atividades, de modo que um dos colaboradores passe a atuar diretamente no atendimento em questão, destacando que o gestor responsável pelo convênio é Gilberto Souza, com quem deverá ser dialogado para o encaminhamento. **5. Informes da Secretaria-Executiva:** Sem informes. **6. Relatos do LUME:** Dra Ivete (SERPAJ) passou a palavra à Cláudia Cristina Hoffmann (LUME), iniciou sua fala cumprimentando a todos e manifestando satisfação em revê-los. Informou que há boas notícias, destacando que a Defensoria Pública acelerou o processo de contratação de estagiário de Direito para atuar na sala do LUME. Esclareceu que, com autorização do Dr. Antônio, a própria equipe do LUME conduziu o processo seletivo, tendo sido selecionado o estagiário Matheus, que deverá iniciar suas atividades nos próximos dias, auxiliando nas diversas demandas, que atualmente são elevadas, considerando que a equipe, composta basicamente por ela e pela colaboradora Renata, não tem conseguido atender integralmente às necessidades. Na sequência, relatou que foi encaminhado ofício ao Ministério Público do Estado do

# CEMVEJ

Comitê Estadual de Memória,  
Verdade e Justiça do Paraná



Paraná solicitando o cumprimento do termo de cooperação, especificamente no que se refere à cessão de um profissional formado em História. Informou que foi indicada a historiadora Gabriela, que já atuou anteriormente no CEMVEJ e possui experiência na temática, tendo sido estagiária do Centro de Apoio, manifestando expectativa positiva quanto à sua possível contratação. Em relação ao projeto “Inventário Participativo Memória, Verdade e Justiça”, lembrou que, na reunião anterior, havia informado sobre a realização de entrevista com a Dra Ivete (SERPAJ). Na continuidade dos trabalhos, informou que também foi concluída a entrevista com Norton (UFPR), sendo a próxima entrevistada Jane Vasques (COORDENADORA – UTSC/SEJU). Ressaltou que há a necessidade de concluir todas as entrevistas até o mês de Maio. Acrescentou que, desde meados de Setembro do ano anterior, tem buscado contato com a assessoria do Ministro Edson Fachin, após indicação da Desembargadora Maria Aparecida, com o objetivo de viabilizar uma entrevista. Considerando a dificuldade de agenda, informou que as perguntas foram encaminhadas por escrito, aguardando eventual retorno, tendo em vista o contexto institucional atual de elevada demanda. Informou que o processo de catalogação do acervo junto ao Arquivo Público encontra-se em fase final. Na oportunidade, deu as boas-vindas às servidoras Patrícia e Kelly, agradecendo a presença e destacando a importância do apoio do Arquivo Público para o desenvolvimento dos trabalhos. Mencionou, ainda, proposta apresentada pela servidora Dora, no sentido de que o Inventário Participativo passe a integrar as coleções do Arquivo Público, o que representará sua formalização como documento oficial do Estado do Paraná, reunindo entrevistas e acervo documental, contribuindo para o resgate histórico e o preenchimento de lacunas. Apresentou, ainda, o mapa elaborado pelo projeto, destacando elementos simbólicos do espaço LUME, como o prédio do Centro Judiciário de Curitiba, onde o LUME está instalado, bem como a rampa com inscrição providenciada pela Desembargadora Maria Aparecida à época da inauguração, contendo a frase de Dom Evaristo Arns: “a justiça revela-se não pelas palavras, mas pelos atos”. Informou que o material será disponibilizado aos presentes e que será realizada programação especial no mês de abril, com destaque para as datas de 31 de março e 1º de abril. Convidou todos

# CEMVEJ

Comitê Estadual de Memória,  
Verdade e Justiça do Paraná



para o lançamento do mapa, informando que o cartaz do evento está em fase final e será compartilhado oportunamente. Detalhou a programação, solicitando que os presentes reservem as datas: no dia 14 de abril, às 10h, será realizada visita com estudantes do curso de Direito da Universidade Federal do Paraná, incluindo roda de conversa com o artista ilustrador responsável pelo mapa, Felipe, além de apresentação do processo de pesquisa pelas equipes do LUME e do Arquivo. Informou que o professor Leandro, da UFPR, é parceiro das atividades de capacitação realizadas junto ao Tribunal de Justiça. No dia 15 de abril, informou que ocorrerá o lançamento oficial do mapa, com início entre 8h30 e 9h, com café da manhã no LUME, seguido da apresentação formal do material. Destacou que, por se tratar de projeto financiado com recursos públicos por meio da Lei Aldir Blanc, será necessário o registro do evento para fins de prestação de contas. Na sequência, será realizada atividade com a pesquisadora Maria Lúcia Brant, autora de estudo sobre povos indígenas, que participou de audiência pública em Cascavel em 2014, e que poderá compartilhar sua pesquisa, inclusive com possibilidade de futuros projetos, como a produção de documentário sobre laudos antropológicos ainda não publicados. Informou que o mapa contempla 19 pontos de memória em Curitiba, com legendas explicativas no verso. Comunicou, ainda, a formalização de convênio com o Ministério Público do Trabalho, por meio do Dr. Rafael Garcia, que financiará pesquisa sobre lugares de memória no Oeste do Paraná, a ser iniciada no segundo semestre, com perspectiva de elaboração de novos mapas e futura integração dessas informações no site do LUME e do Instituto LUME. Na sequência, prestou esclarecimentos sobre os banners anteriormente retirados do saguão do Centro Judiciário, informando que foram localizados e estão atualmente na sala do LUME, podendo ser utilizados em eventos, ainda que apresentem limitações devido ao tamanho. Informou que um dos banners encontra-se no Museu da Imagem e (MIS), em razão de exposição vinculada ao projeto Cárcere, relacionado à história de pessoas que estiveram presas no local. Relatou, ainda, que a porta que foi doada pelo pesquisador Luis Gabriel, a porta pertenceu ao prédio do DOPS foi recebida no Centro Judiciário, e que estão sendo realizadas reuniões com a equipe de arquitetura do Tribunal de Justiça para viabilizar sua exposição como acervo

permanente do LUME, o que envolve adequações estruturais e melhorias na apresentação do espaço, com perspectiva de transição para um modelo museológico mais qualificado. Destacou o aumento da visitação ao espaço, informando que, no ano anterior, foram recebidos aproximadamente 400 visitantes, mesmo sem ampla divulgação, e que, com a ampliação da equipe e melhorias na estrutura, será possível intensificar ações de divulgação e ampliar o público. Informou que documentos entregues pela Dra. Ivete foram devidamente digitalizados, tendo sido autorizada sua incorporação ao inventário participativo. Por fim, mencionou que o lançamento do livro “Juvêncio, o último preso político do Paraná” ainda não foi viabilizado em razão de dificuldades logísticas, considerando que a autora reside em Foz do Iguaçu, mas que permanece como ação planejada, possivelmente para a Semana Nacional de Museus, no mês de maio. Acrescentou, ainda, que o lançamento de documentário produzido pela PUC também está previsto para programação futura. Concluiu informando que, no mês de abril, as atividades principais serão a roda de conversa com o ilustrador, a palestra com Maria Lúcia Brant e o lançamento do mapa. **7.Criação do GT Movimento Sindical:** Dra. Ivete (SERPAJ) fez uso da palavra e informou que o próximo item tratava da criação de uma comissão sindical. Na sequência, Jane Vasques (COORDENADORA – UTSC/SEJU) pediu a palavra e informou que já havia constituído um Grupo de Trabalho (GT) sobre o tema, tendo incluído os membros Maria Cidinha, Márcio, Ivete e Aluízio, além de ter realizado convite, por meio do Whatsapp, ao Sr. Laércio Souto Maior, que até o momento ainda não havia ingressado no grupo. Em seguida, o conselheiro Aluízio (SINDICATO DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS DO PARANÁ – SINDIJOR) fez o uso da palavra, manifestando preocupação com o aparente desânimo em relação ao avanço da pauta, mas, inicialmente, parabenizou Cláudia Cristina Hoffmann (LUME) pelo trabalho desenvolvido no LUME, destacando a relevância e qualidade do mapa dos locais de memória apresentado. Prosseguindo, ressaltou que a proposta da pauta consistia em inserir, no âmbito do Comitê Memória e Verdade, o debate sobre as questões relacionadas aos trabalhadores urbanos e rurais, considerando a distância histórica da justiça em relação a esses grupos. Destacou a importância de incorporar ao espaço do

# CEMVEJ

Comitê Estadual de Memória,  
Verdade e Justiça do Paraná



comitê a discussão sobre as lutas sindicais no campo e na cidade, especialmente no contexto histórico do Paraná. Apontou que o Estado do Paraná foi um dos mais afetados pela repressão no período do golpe de 1964, especialmente no meio rural, onde ocorreram episódios de violência, tortura, assassinatos e repressão à sindicalização e à reforma agrária. Relatou que sindicatos rurais foram incendiados, dirigentes perseguidos e presos, e tais os encontram-se parcialmente registrados em acervos como o Arquivo Público Estadual, o Arquivo Nacional e arquivos da Polícia Civil. Mencionou, ainda, a atuação de movimentos como o Grupo dos Onze, associado à liderança de Leonel Brizola, e destacou que muitos de seus integrantes foram presos, inclusive relatando experiências pessoais no sistema prisional à época. Também citou a atuação de organizações ligadas à luta pela terra, como associações sindicais e ligas camponesas, vinculadas a lideranças como Francisco Julião. No âmbito urbano, destacou intervenções em sindicatos, como no Porto de Paranaguá, e em diversas regiões do Estado. Defendeu a necessidade de resgatar essa memória histórica, inclusive por meio de depoimentos e acervos familiares, ressaltando a importância de enfrentar essas memórias para a construção da verdade histórica. Sugeriu, diante das dificuldades de mobilização, a possibilidade de encaminhar a pesquisa para o meio acadêmico, como forma de garantir a continuidade dos estudos, com potencial para geração de relatórios sobre as lutas sindicais no Paraná. Citou, ainda, possíveis colaboradores e pesquisadores da área, incluindo docentes da região de Maringá. Na sequência, Dra. Ivete (SERPAJ) esclareceu que um dos convidados mencionados não pôde comparecer em razão de compromisso médico, mas reiterou a importância de manter a pauta ativa e seguir incentivando a participação dos envolvidos. Jane Vasques (COORDENADORA – UTSC/SEJU) destacou a possibilidade de articulação com a universidade, mencionando a Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), por meio do professor Clóvis, como potencial parceira para desenvolvimento de pesquisas na área. Em seguida, Cláudia Cristina Hoffmann (LUME) fez uso da palavra e informou que já há reunião agendada com a Secretaria de Ciência e Tecnologia, visando a integração ao termo de cooperação do LUME, sendo que uma das contrapartidas pleiteadas consiste na concessão de bolsas de

# CEMVEJ

Comitê Estadual de Memória,  
Verdade e Justiça do Paraná



pesquisa, o que poderá contribuir diretamente para o avanço das investigações. Ressaltou, ainda, que a articulação com docentes, como o professor Clóvis, também se apresenta como estratégia relevante. Aluízio Ferreira (SINDICATO DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS DO PARANÁ – SINDIJOR) mencionou o CEPEDAL (Centro de Pesquisa da América Latina), destacando que a instituição, atualmente constituída como fundação, sob presidência da professora Carla Silva, pode atuar como parceira estratégica na pesquisa, considerando seu acervo e estrutura. Sugeriu, assim, a articulação com a referida instituição. Retomando a palavra, Cláudia Cristina Hoffmann (LUME) agradeceu o reconhecimento pelo trabalho desenvolvido, destacando que o mapa contou com contribuições do conselheiro Aluízio (SINDICATO DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS DO PARANÁ – SINDIJOR), Norton (UFPR) e da Dra. Ivete (SERPAJ), especialmente na etapa de revisão final do conteúdo. Informou, ainda, que o evento de lançamento do mapa contará com apoio da Secretaria de Justiça (SEJU), que contribuirá com o custeio do café e das despesas da professora Maria Lúcia Brant, agradecendo à Secretária Jane Vasques (COORDENADORA – UTSC/SEJU) e a Fabiana Cristina de Campos Romanelli (SEJU) pelo apoio. Por fim, o conselheiro Aluízio (SINDICATO DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS DO PARANÁ – SINDIJOR) sugeriu que seja formalizado convite institucional, seja pela Secretaria de Justiça ou pelo Comitê, para que a professora Carla Silva passe a integrar o Grupo de Trabalho, fortalecendo as atividades relacionadas à temática sindical no âmbito do Comitê Memória e Verdade. **8. Documentário do cineasta e documentarista Carlos Pronzato, que aborda a Guerrilha de Porecatu, com pronunciamento de Cláudio Ribeiro:** Dra. Ivete (SERPAJ) fez uso da palavra e informou que promoveria a inversão dos itens, de modo que o item referente aos 50 anos do golpe na Argentina seria tratado posteriormente, passando-se, naquele momento, ao item relativo à Guerrilha de Porecatu e ao documentário sobre o tema. Na oportunidade, destacou a presença do convidado, Dr. Cláudio Ribeiro, a quem concedeu a palavra para exposição. Com a palavra, o Dr. Cláudio Ribeiro iniciou destacando a relevância histórica da Guerrilha de Porecatu, afirmando tratar-se de um dos acontecimentos mais importantes do Brasil no que se refere à luta pela posse e

# CEMVEJ

Comitê Estadual de Memória,  
Verdade e Justiça do Paraná



titularidade da terra. Esclareceu que o tema demandaria maior tempo de exposição, mas que buscava apresentar, de forma sintética, os principais pontos. Relatou que o conflito teve origem a partir de política adotada pelo interventor Manoel Ribas, inspirada na chamada “Marcha para o Oeste”, incentivando a ocupação de áreas às margens dos rios Paranapanema e Paraná. Segundo explicou, foi prometido aos colonos que ocupassem, desmatassem e cultivassem a terra o direito à propriedade de até 90 alqueires. A proposta atraiu principalmente migrantes paulistas e mineiros, que passaram a ocupar e produzir nas áreas. Contudo, com a mudança de governo e a assunção de Moisés Lupion, houve recusa na concessão dos títulos de propriedade a esse pessoal, o que gerou intenso conflito. Destacou que, paralelamente, o Estado concedeu à família Lunardelli o direito de exploração para produção de cana-de-açúcar em larga escala, o que exigia a ocupação das mesmas terras já trabalhadas pelos colonos, ampliando as tensões. Informou que o conflito evoluiu para luta armada, mencionando episódios emblemáticos, como a atuação de jagunços para expulsão violenta dos colonos, inclusive com assassinatos públicos para intimidação. Citou casos específicos, como o de um farmacêutico que, após presenciar a violência, integrou-se à resistência dos colonos, assumindo papel de liderança em determinadas regiões, ao lado de outros grupos organizados, alguns com vinculação ao Partido Comunista. Ressaltou que a organização da resistência contou com apoio logístico e político em cidades como Londrina, onde lideranças articulavam estratégias, inclusive utilizando locais como pontos de encontro. Destacou, ainda, o papel de figuras como Manuel Jacinto na organização do movimento. Apontou que, diferentemente do que comumente se difunde, experiências de organização camponesa, como as ligas, teriam surgido em Porecatu antes de sua difusão em outras regiões do país. Mencionou também a existência de locais que ainda guardam vestígios desse período, como a Vila Canaã. Relatou episódios de repressão concentrados em determinadas localidades, como Vila Progresso, e mencionou experiências pessoais vivenciadas na infância, testemunhando ações violentas no contexto do conflito. Destacou que os municípios mais afetados incluíam Porecatu, Florestópolis, Mirassolva, Guaraci e Jaguapitã, entre outros, enquanto algumas localidades, como Bela Vista do Paraíso, não

# CEMVEJ

Comitê Estadual de Memória,  
Verdade e Justiça do Paraná



registraram conflitos diretos, sem que haja explicação clara. Abordou também a atuação de grupos armados e episódios de enfrentamento, inclusive com a eliminação de lideranças violentas vinculadas à repressão, destacando a complexidade e intensidade do conflito. Informou que, ao longo de décadas, reuniu informações e relatos sobre o tema, inclusive por meio de entrevistas com participantes diretos, colocando-se à disposição para compartilhar esse material em estudos futuros. Mencionou, ainda, que concedeu depoimento em vídeo sobre o tema, o qual foi parcialmente exibido durante a reunião. Na continuidade, relatou que, em 1951, o conflito foi encerrado mediante negociação conduzida pelo então Governador Bento Munhoz da Rocha, resultando na oferta de lotes significativamente menores e de menor qualidade (cerca de 10 alqueires), sendo aceitos por aproximadamente 400 famílias, enquanto outras recusaram o acordo. Destacou que, antes do desfecho, lideranças do movimento foram retiradas da região, o que, em sua análise, contribuiu para fragilizar a organização dos colonos e pode ter influenciado a construção de percepções posteriores, inclusive relacionadas ao anticomunismo em determinadas regiões. Mencionou que a negociação contou com intermediação de figuras políticas relevantes à época e apontou, ainda, a existência de estratégias institucionais e econômicas adotadas pelo Estado para controle e reorganização da região, incluindo a instalação de agentes, estrutura judicial e incentivos econômicos. Por fim, reiterou a importância de aprofundamento dos estudos sobre a Guerrilha de Porecatu, destacando a necessidade de sistematização das informações históricas acumuladas ao longo de décadas de pesquisa, colocando-se à disposição para contribuir com relatórios e subsídios para futuras investigações sobre o tema. Na sequência, a Dra. Ivete (SERPAJ) fez uso da palavra, agradecendo ao convidado pela exposição e abrindo espaço para questionamentos por parte dos presentes. Em seguida, formulou indagação ao Dr. Cláudio Ribeiro acerca da informação de que o ex-governador Paulo Pimentel teria atuado na região, à época, como advogado, com a finalidade de apaziguar os conflitos relacionados à Guerrilha de Porecatu. Com a palavra, o Dr. Cláudio Ribeiro esclareceu que Paulo Pimentel, oriundo do interior do Estado de São Paulo, de fato esteve na região, atuando em questões relacionadas aos conflitos fundiários, embora não diretamente

# CEMVEJ

Comitê Estadual de Memória,  
Verdade e Justiça do Paraná



vinculado ao núcleo central do conflito. Acrescentou que, a partir desse contexto, formou-se um agrupamento político de caráter oligárquico que viria a exercer influência significativa na condução política do Estado do Paraná, inclusive em articulação com projetos de infraestrutura, como a integração entre o norte e o sul do Estado. Na continuidade, relatou que, atualmente, a região onde se localizava a antiga usina central de Porecatu encontra-se em estado de abandono, com estruturas deterioradas e sem função social efetiva. Informou que a usina, anteriormente vinculada ao grupo Lunardelli, foi posteriormente vendida a outro grupo econômico, que não deu continuidade às atividades, resultando na paralisação das operações. Por fim, destacou que extensas áreas anteriormente destinadas ao plantio de cana-de-açúcar permanecem, em grande parte, subutilizadas ou abandonadas, abrangendo diversos municípios da região, o que, em sua avaliação, reforça a necessidade de reflexão sobre a destinação social dessas terras. Na sequência, Clóvis Antônio (UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO – AMERICANO – UNILA) pediu a palavra, agradeceu ao expositor e destacou que, ainda que breve, a fala apresentada revelou uma história profundamente marcada por violência extrema, cujos efeitos, segundo apontou, ainda reverberam nas relações sociais atuais. Ressaltou que muitos dos beneficiários desse processo histórico continuam usufruindo de prestígio e posição social, inclusive por meio de seus descendentes. Enfatizou a importância de transformar os relatos, testemunhos e acervos existentes em material pedagógico e didático, de modo a levar esse conhecimento aos espaços de ensino, destacando que tais episódios são, em grande medida, desconhecidos pela população e pouco abordados nos livros didáticos. Apontou, ainda, a necessidade de o Comitê refletir sobre estratégias para dar maior visibilidade a essas memórias, ampliando o acesso público às informações. Acrescentou, também, a relevância de se discutir processos de reparação histórica, considerando os impactos sofridos pelos grupos atingidos, sugerindo que a produção e difusão de conhecimento podem, inclusive, constituir formas de reparação. Por fim, colocou-se à disposição para colaborar com iniciativas voltadas à valorização e difusão dessas narrativas. Em resposta, o Dr. Cláudio Ribeiro fez uso da palavra e destacou que militantes históricos da luta de Porecatu

# CEMVEJ

Comitê Estadual de Memória,  
Verdade e Justiça do Paraná



participaram da fundação de organizações políticas em Curitiba, mencionando nomes como Zé Gomes e Pedro Chaves, já falecidos, que estiveram diretamente envolvidos nos conflitos na região. Ressaltou a importância de aprofundar o levantamento histórico desses acontecimentos, afirmando que a compreensão das estruturas de poder atuais no Estado do Paraná passa, necessariamente, pelo entendimento desses processos históricos. Destacou que, embora os atores diretos não estejam mais nas posições formais de governo, os grupos de poder originados naquele contexto ainda exercem influência. Por fim, mencionou que o conflito de Porecatu teve desdobramentos em outras regiões, como Capanema, para onde parte dos trabalhadores deslocados migrou após a perda de suas terras, configurando uma continuidade dos conflitos, o que reforça a necessidade de estudos mais aprofundados sobre o tema. Na sequência, a Dra. Ivete (SERPAJ) fez uso da palavra, agradecendo novamente ao Dr. Cláudio Ribeiro pela exposição e destacando a relevância do tema apresentado. Ressaltou que, no âmbito da Comissão Estadual da Verdade, não foi possível aprofundar adequadamente a questão da Guerrilha de Porecatu, em razão do tempo limitado dos trabalhos. Em seguida, passou a palavra ao Dr. Olímpio de Sá (MPPR), que relatou episódios de violência vivenciados por trabalhadores rurais à época, mencionando casos de prisões arbitrárias, em que pessoas eram retiradas de suas propriedades, amarradas e transportadas em condições degradantes até Curitiba, permanecendo detidas por longos períodos sem qualquer esclarecimento. Destacou o impacto emocional desses relatos, mencionando o caso de um colono que, ao narrar a forma como foi amarrado, comparando-se a um animal, não conteve a emoção. Ressaltou que tais práticas ocorreram no contexto de repressão pós-golpe, inicialmente direcionada inclusive a militares legalistas e, posteriormente, aos camponeses, especialmente aqueles vinculados a movimentos como o Grupo dos Onze, associados à articulação política de resistência. Na sequência, o Dr. Cláudio Ribeiro pediu a palavra para complementar sua exposição, trazendo novos elementos históricos, inclusive mencionando lideranças como Jairo Graninho, bem como episódios de resistência armada protagonizados por colonos, destacando estratégias utilizadas para enfrentar forças repressivas. Ressaltou, por meio de relatos, que os trabalhadores

# CEMVEJ

Comitê Estadual de Memória,  
Verdade e Justiça do Paraná



organizados também desenvolveram formas de resistência ativa durante o conflito. Em continuidade, Norton Nohama (UFPR) fez uso da palavra, manifestando reconhecimento pela relevância do relato apresentado e destacando a importância do acervo histórico e da experiência do Dr. Cláudio Ribeiro como patrimônio vivo da memória. Sugeriu a necessidade de estruturar mecanismos institucionais para registro sistemático desses relatos, seja por meio de produção escrita ou audiovisual, ressaltando que tais registros são fundamentais para a compreensão de documentos históricos já existentes, como aqueles presentes em acervos oficiais, incluindo arquivos da repressão. Dr. Olímpio de Sá (MPPR) fez breve intervenção, destacando a recorrência da atuação de determinados perfis profissionais, como farmacêuticos, em processos de liderança e resistência em diferentes regiões do Estado, apontando a necessidade de aprofundamento dessa análise. Em seguida, Aluízio Ferreira (SINDICATO DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS DO PARANÁ – SINDIJOR) parabenizou o expositor pela apresentação e sugeriu, como encaminhamento, que o tema da Revolta de Porecatu seja incorporado em futuros projetos de mapeamento dos caminhos da resistência no Oeste, seja incluído essa revolta de Porecatu, de modo a garantir sua devida visibilidade. A Dra. Ivete (SERPAJ), então, manifestou encaminhamento no sentido de promover a articulação entre o Clóvis Antônio (UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO – AMERICANO – UNILA) e o Dr. Cláudio Ribeiro para aprofundamento das discussões. Na oportunidade, o Dr. Cláudio acrescentou que também poderia contribuir com relatos sobre outros episódios históricos, incluindo casos relacionados à expulsão de populações negras de terras em determinadas regiões do Estado, nos quais atuou como advogado. Na sequência, a Cláudia Cristina Hoffmann (LUME) fez uso da palavra para esclarecer que o próximo projeto de mapeamento do LUME está voltado à região oeste do Paraná, observando que o tema de Porecatu, localizado em outra região, poderá ser incorporado em etapas futuras, reafirmando o objetivo de mapear, progressivamente, os locais de memória em todo o Estado. Posteriormente, o Dr. Cláudio Ribeiro solicitou a palavra para se despedir, informando que precisaria se ausentar em razão de compromisso previamente agendado, agradecendo pela oportunidade e colocando-se à disposição para futuras contribuições.

Por fim, Cláudia Cristina Hoffmann (LUME) retomou a palavra e propôs o agendamento de um encontro no espaço LUME para registro dos relatos do Dr. Cláudio Ribeiro, inclusive sobre temas como a história de comunidades quilombolas no Paraná, destacando a relevância e escassez de registros sobre o tema. Dr. Cláudio Ribeiro concordou com a proposta, ficando acordado que o contato será realizado posteriormente para definição da data. **9. 50 anos do Golpe Militar na Argentina e o dia da Memória – 24 de Março:** Dra. Ivete (SERPAJ) destacou que, anualmente, no dia 24 de março, são realizadas marchas de grande relevância em todo o país, reunindo ampla participação social, desde crianças até idosos, inclusive pessoas com mobilidade reduzida, o que demonstra a força da memória coletiva na sociedade argentina. Relatou que, no ano anterior, houve certa diminuição do engajamento em razão do contexto político e econômico, marcado por retrocessos em direitos trabalhistas e desânimo social. Contudo, no presente ano, observou-se uma retomada significativa da mobilização, especialmente com a participação ativa dos sindicatos, resultando em manifestações expressivas. Informou que tradicionalmente participa das atividades, inclusive por meio do SERPAJ (Serviço de Paz e Justiça), destacando a atuação de Adolfo Pérez Esquivel, que, mesmo aos 94 anos, segue participando ativamente das mobilizações e dialogando com a sociedade. Esclareceu que, neste ano, não pôde comparecer presencialmente, mas participou de teleconferência realizada na Casa dos Prêmios Nobel, em Buenos Aires, espaço vinculado ao SERPAJ, com a presença de diversos movimentos sociais. Relatou que, na ocasião, foi convidada a expor sobre a situação brasileira, apresentando um panorama histórico das rupturas institucionais e processos políticos vivenciados no país, considerando que parte dos participantes desconhecia esses aspectos. Informou, ainda, que representantes de outros países da América Latina, como Chile e Paraguai, também contribuíram com análises sobre suas realidades, evidenciando um cenário regional de preocupações comuns, especialmente quanto a retrocessos institucionais e sociais. Destacou a preocupação com o contexto latino-americano atual, mencionando a percepção de retrocessos em diferentes países e apontando paralelos históricos que demandam atenção, especialmente no que se refere à cooperação entre governos e

# CEMVEJ

Comitê Estadual de Memória,  
Verdade e Justiça do Paraná



políticas de segurança. Em seguida, Aluízio Ferreira (SINDICATO DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS DO PARANÁ – SINDIJOR), fez uso da palavra e apresentou considerações sobre o processo histórico argentino, ressaltando a importância de análises mais aprofundadas sobre as causas do golpe de 24 de março de 1976. Mencionou aspectos relacionados ao período anterior ao golpe, incluindo disputas internas no peronismo e a atuação de grupos paramilitares, defendendo a necessidade de reflexão crítica sobre esses elementos para compreensão mais ampla do processo histórico. Em resposta, a Dra. Ivete (SERPAJ) retomou a palavra e reconheceu a relevância das observações apresentadas, destacando que autores e pesquisadores também abordam o período pré-golpe como marcado por intensa violência política, inclusive com atuação de grupos paramilitares. Mencionou, ainda, casos emblemáticos de repressão ocorridos antes do golpe formal, reforçando que o processo já estava em curso anteriormente. Por fim, ressaltou como ponto central a importância da preservação da memória histórica na Argentina, destacando a existência de diversos centros de memória e acervos organizados e acessíveis, os quais contribuem para a conscientização social. Enfatizou que, embora a preservação da memória seja fundamental, é igualmente necessário aprofundar a análise das causas históricas dos processos autoritários, de modo a ampliar a compreensão desses fatos e evitar sua repetição. **10. Memória do Golpe Civil-militar no Brasil, em 1º de abril de 1964:** Dra. Ivete (SERPAJ) ressaltou a importância de manter viva a reflexão histórica mesmo diante da impossibilidade de realização de grandes mobilizações públicas, propondo que o tema fosse debatido entre os presentes como forma de preservação da memória e conscientização coletiva. Durante as manifestações, os participantes destacaram diferentes aspectos relacionados ao período histórico e ao contexto atual. Foi ressaltado que o golpe de 1964 esteve inserido em um cenário de interesses econômicos e geopolíticos, com influência externa e reação às reformas estruturais propostas à época, como a reforma agrária e o controle da remessa de lucros. Também foram apontadas as profundas desigualdades sociais como elementos que contribuíram para a instabilidade política e para a ruptura democrática. Os participantes expressaram preocupação com o desconhecimento das novas gerações

# CEMVEJ

Comitê Estadual de Memória,  
Verdade e Justiça do Paraná



acerca desse período, enfatizando a necessidade de fortalecimento de políticas de educação em direitos humanos e de preservação da memória histórica, especialmente no ambiente escolar. Nesse sentido, foi destacada a importância de iniciativas como a Comissão da Verdade, que possibilitaram o resgate de narrativas, a identificação de vítimas e a construção de um acervo histórico fundamental para a compreensão dos fatos. Houve ainda reflexões sobre o cenário político contemporâneo, com manifestações acerca de discursos e práticas que podem representar riscos às instituições democráticas, bem como críticas à permanência de desigualdades estruturais e à influência de interesses externos na condução de políticas nacionais. Também se destacou a necessidade de ampliar o diálogo com a juventude, considerada fundamental para o fortalecimento da consciência crítica e da participação política. Ademais, foram abordadas preocupações quanto ao contexto internacional, com menção a processos de dominação econômica e tecnológica e aos impactos dessas dinâmicas sobre os países do Sul Global, ressaltando-se a importância de reflexão sobre o papel do Brasil nesse cenário. Por fim, foi reforçada a necessidade de continuidade das discussões sobre memória, verdade e justiça, como instrumentos essenciais para a consolidação democrática e para a não repetição de violações de direitos humanos. **11. Informes Gerais:** Sem informes gerais. **12. Aprovação do Relatório Circunstanciado:** aprovado, sem ressalvas. **13. Encerramento:** por fim, Dra Ivete (SERPAJ) agradeceu a presença de todos e todas e deu por encerrada a Reunião Ordinária do Comitê Estadual de Memória, Verdade e Justiça do Paraná. A presente ata foi lavrada por Sheila Nicolau. Revisada por Douglas Henrique Novelli.